

RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE _____

REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

FALECIDO(A): _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

I – DOS FATOS

O(A) Requerente e o(a) falecido(a) conviveram em união estável, pública, contínua e duradoura, com objetivo de constituição de família, desde _____, até o falecimento do(a) companheiro(a), ocorrido em _____.

Durante esse período, mantiveram convivência pública e notória, reconhecida por familiares, amigos e sociedade em geral, com mútua assistência, respeito, fidelidade e coabitação.

A união estável entre as partes é fato incontroverso e restou consolidada nos termos do artigo 1.723 do Código Civil brasileiro.

II – DO DIREITO

O artigo 1.723 do Código Civil dispõe que é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

O reconhecimento judicial da união estável post mortem é necessário para assegurar ao(à) Requerente todos os direitos decorrentes do convívio, inclusive sucessórios, conforme disposto nos artigos 1.790 e seguintes do Código Civil.

A Constituição Federal, em seu artigo 226, §3º, assegura proteção do Estado às entidades

familiares formadas pela união estável.

III – DAS PROVAS

Para comprovar a união estável, o(a) Requerente junta os seguintes documentos e provas:

- Documentos pessoais de ambas as partes;
- Comprovantes de endereço em nome de ambos, evidenciando coabitação;
- Declaração de imposto de renda que inclua o(a) companheiro(a) como dependente;
- Fotos, mensagens, correspondências e outros registros que comprovem a convivência;
- Testemunhas que poderão confirmar a existência da união estável;
- Outros documentos e provas que entender pertinentes.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. O reconhecimento judicial da união estável entre o(a) Requerente e o(a) falecido(a), declarando-se a existência da entidade familiar nos termos do artigo 1.723 do Código Civil;
2. A expedição de certidão de reconhecimento da união estável para os fins legais;
3. A habilitação do(a) Requerente como herdeiro(a) do espólio do(a) falecido(a), para todos os efeitos legais;
4. A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito;
5. A condenação do espólio ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, caso haja oposição injustificada.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____

Local

Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/reconhecimento-de-uniao-estavel-post-mortem/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.